



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.306.647/0001-01**  
ça Tiradentes nº. 29 – CEP 37926-000 – Fone/Fax (037) 3355-1222  
Adm. 2017/2020



DORESÓPOLIS-MG, 22 DE JULHO DE 2020.

Ofício n.º 076/2020.

Senhor Presidente;

Com nossos cumprimentos, é o presente instrumento hábil a encaminhar a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores que compõem esta Egrégia Câmara Municipal, o Projeto de Lei, anexo, cujo teor "*dispõe sobre a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2020 e dá outras providências*". *Fundo Municipal de Saúde, no total de R\$82.000,00 (oitenta e dois mil reais)*.

Solicito que a presente Proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos nobres vereadores, renovando, nesse momento, o nosso apreço e estima e consideração.

**ELITON LUIZ MOREIRA**  
**PREFEITO**

Excelentíssimo Senhor  
Alessandro Moreira Simões  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Doresópolis-MG

**RECEBEMOS**

EM 22 07 20

AS \_\_\_\_\_ H.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.306.647/0001-01



Praça Tiradentes nº. 29 – CEP 37926-000 – Fone/Fax: (0xx37) 3355-1222  
Adm.: 2017/2020

**PROJETO DE LEI N.º 020/2020**

**AUTORIZA A ABERTURA DE  
CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL  
NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Doresópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve propor a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a abertura dos seguinte Crédito Adicional Especial junto ao orçamento de 2020, no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, no total de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), conforme especificado:

02.29 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
02.29.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.301.0009 Promoção Qualif. Sistema Saúde - Rec. SUS  
2.149 Aquisição de Minivan  
44.90.52.00 Equipamento e Material Permanente ----- R\$ 82.000,00  
Fonte 1.55.00 Trans. Recursos Fundo Estadual de Saúde

**Art. 2º** Os recursos disponíveis para ocorrer a despesa decorrente do presente credito, de igual valor, correrão à conta de anulações nas dotações abaixo detalhadas:

02.29 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
02.29.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.301.0009. 2076 MANUT. PROG. CONV. RESOLUÇÕES CONGENERES  
301 33.90.14.00 Diárias – Pessoal Civil----- R\$ 11.000,00  
302 33.90.30.00 Material de Consumo----- R\$ 34.000,00  
304 33.90.39.00 Outros Serv. Terceiros – Pessoal Juridica--R\$  
37.000,00  
Fonte 1.55.00 Trans. Recursos Fundo Estadual de Saúde

**Art. 3º** Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2018/2021, nos moldes e naquilo que for pertinente em decorrência da aplicação desta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.306.647/0001-01



Praça Tiradentes n°. 29 – CEP 37926-000 – Fone/Fax: (0xx37) 3355-1222  
Adm.: 2017/2020

---

**Art. 4º** Fica autorizada a suplementação acima até 20% (vinte por cento) caso necessário.

**Art. 5º** Fica autorizada a inclusão da ação que trata o art. 1º no Anexo I de Metas e Prioridades da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para exercício de 2020.

**Art. 6º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Doresópolis-MG, 22 de julho de 2020.

**Eliton Luiz Moreira**  
**PREFEITOMUNICIPAL**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.306.647/0001-01**



Praça Tiradentes nº. 29 – CEP 37926-000 – Fone/Fax (037) 3355-1222  
Adm. 2017/2020

---

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE;**

**SENHORES VEREADORES;**

Encaminho o *Projeto de Lei 020/2020*, que dispõe sobre a abertura dos seguinte Crédito Adicional Especial junto ao orçamento de 2020, no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, no total de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais).

Cumpra esclarecer que a composição do crédito especial em questão se dará por meio de superávit financeiro, significando que trata-se de diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado do balanço patrimonial do exercício anterior.

O projeto de lei levado a apreciação desta casa traz como benefício a aquisição, por parte da Secretaria da Saúde, um veículo – Minivan, para utilização nos vários serviços prestados à população.

Como é de conhecimento de toda a população, a prestação de serviços na Rede Pública de Saúde no país está defasada e deficitária, o que, não se pode dizer da "Saúde Pública" do Município de Doresópolis, onde temos médicos renomados e com serviços prestados quase que diuturnamente e de excelente qualidade.

Temos a certeza que a aquisição do veículo com a verba estampada no projeto de lei beneficiará a população e todos aqueles que depende do transporte para realização de algum tipo de tratamento fora dos limites do Município já que não contamos com hospital na cidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.306.647/0001-01**



Praça Tiradentes nº. 29 – CEP 37926-000 – Fone/Fax (037) 3355-1222  
Adm. 2017/2020

---

O Município de Doresópolis tem como objetivo fundamental, e assim deve ser, a construção do bem-estar do cidadão que nele vive, devendo para tanto zelar e empregar os recursos de forma ética e moral.

Assim, acreditamos, mais uma vez, que os nobres vereadores, de forma absoluta, aprovarão o presente projeto, pois os benefícios revertidos em prol da população são imensuráveis.

O crédito em questão é oriundo da Secretaria de Estado de Saúde e destinados exclusivamente para a aquisição de veículos como forma de expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde. (Anexo Resolução do SES/MG, para melhor compreensão dos n. vereadores).

Com tais fundamentos, submeto a presente propositura à elevada consideração e julgamento dos ilustres vereadores, na certeza de que a aprovação estará em rigorosa sintonia com o sentimento cristão do povo doresopolitano.

Doresópolis-MG 22 de julho 2020.

**ELITON LUIS MOREIRA**  
**PREFEITO**



## RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7.112, 20 DE MAIO DE 2020.

Autoriza o repasse de recursos financeiros de investimento da Secretaria de Estado de Saúde a municípios, destinados à aquisição de veículos para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição prevista no art. 93, § 1º, inciso III da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos incisos I e II do art. 46 da Lei Ordinária Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e considerando:

- a Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu art. 160;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o §3º do art. 198, da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
- a Lei Federal 9.504, de 30 de setembro de 1997, que Estabelece normas para as eleições;
- a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;
- a Lei Estadual nº 23.364, de 25 de julho de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2020;



- a Lei Estadual nº 23.579, de 16 de janeiro de 2020, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020,
- a Lei Estadual nº 23.632, de 2 de abril de 2020, que cria o Programa de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19, autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor das unidades orçamentárias que especifica e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;
- o Decreto NE nº 113, que declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
- o Decreto Estadual nº 47.891, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19);
- a Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as normas gerais do processo de prestação de contas dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde – FES;
- a Resolução SES/MG nº 7.094, de 29 de abril de 2020, que define as regras do processo de acompanhamento dos indicadores previstos em Resoluções Estaduais, institui as Reuniões Temáticas de Acompanhamento e dá outras providências.
- a Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 05, de 24 de janeiro de 2020, que Regulamento do Cadastro Geral de Convenentes;
- a Resolução Conjunta SEGOV/SECGERAL/AGE nº 01, de 30 de janeiro de 2020, que divulga normas eleitorais aplicáveis aos agentes públicos da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo estadual e recomenda as cautelas administrativas e funcionais para a observância das vedações e o integral cumprimento das disposições legais em face das eleições municipais do ano de 2020;



- a Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 06, de 31 de março de 2020, que altera a Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº.05;
- a Resolução SEGOV nº 743, 31 de janeiro de 2020, que dispõe sobre procedimentos e prazos para a execução das emendas parlamentares individuais, de blocos e de bancadas à Lei Orçamentária Anual de 2020, com vistas ao atendimento do disposto nos arts. 160 e 160-A da Constituição do Estado;
- a Resolução SEGOV nº 751, de 08 de abril de 2020, que regulamenta o disposto nos arts. 6º e 7º da Lei nº 23.632, de 2 de abril de 2020; e
- a necessidade de reforço financeiro para a manutenção e ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde.

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar a transferência de recursos financeiros de investimento da Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), a título de incentivo, aos Fundos Municipais de Saúde relacionados no Anexo I, destinados à aquisição de veículos para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º - O incentivo financeiro previsto no caput deste artigo dar-se-á com fulcro no art.160, da Constituição Estadual, tendo em vista a propositura de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual de 2020 – LOA 2020.

§ 2º - A alocação de recursos para os beneficiários constantes do Anexo I dessa Resolução condicionar-se-á atualização documental tempestiva do CAGEC, especificamente no que tange à comprovação da instituição e funcionamento do Fundo e Conselho Municipais de Saúde, e de elaboração do Plano Municipal de Saúde, em observância ao disposto no §2º, art.36 da Lei Federal 8080, de 19 de setembro de 1990 e do parágrafo único, art.22, da Lei Complementar nº.141, de 13 de janeiro de 2012.

Art. 2º - Os recursos financeiros de que trata esta Resolução serão repassados pelo Fundo Estadual de Saúde, em parcela única, para os municípios beneficiários, conforme os valores constantes no Anexo I dessa Resolução e após assinatura de Termo de Compromisso, em consonância com o disposto no art.7º do Decreto Estadual nº 45.468/2010.

§1º - A assinatura prevista no caput deste artigo deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a contar da disponibilização do Termo de Compromisso no SIGRES, permitida a





prorrogação do prazo por igual período, à critério desta Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG).

§2º - Os recursos financeiros transferidos serão movimentados em conta bancária específica em nome dos respectivos Fundos Municipais de Saúde.

§3º - Os recursos de que trata esta Resolução, depois de transferidos, e enquanto não forem utilizados na finalidade a que se destinam, deverão ser aplicados, conforme o art. 13 do Decreto Estadual nº 45.468/2010.

Art. 3º - Os beneficiários poderão adquirir apenas os veículos constantes no Anexo I e especificados no Anexo II desta Resolução, conforme ação orçamentária, nos termos da legislação vigente, e com especial atenção às diretrizes do Tribunal de Contas do Estado.

§1º - O prazo para execução dos recursos financeiros repassados nos termos desta Resolução será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses, contados do efetivo recebimento do recurso pelo beneficiário.

§2º - Os valores que não forem executados no prazo estabelecido deverão ser restituídos ao Fundo Estadual de Saúde, ao final da execução do termo, no ato da apresentação do processo de acompanhamento, controle e avaliação, nos termos do parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 45.468/2010.

§3º - Os beneficiários deverão utilizar o veículo adquirido tão somente nas ações e serviços de saúde que se enquadrem na ação orçamentária prevista no Anexo I desta Resolução.

§4º - Os veículos tipo ambulância deverão ser utilizados para transporte de pacientes, sendo vedado o uso para transporte de equipe.

§5º - Os veículos de passeio deverão ser utilizados para transporte de equipe, sendo vedado o uso para transporte de pacientes.

§6º - O veículo adquirido com os recursos recebidos deverá ser utilizado única e exclusivamente para o atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

§7º - Caso o custo para aquisição do veículo seja superior ao montante dos recursos financeiros transferidos pela SES/MG, a respectiva diferença no valor deverá ser custeada pelo próprio beneficiário.

§8º - Caso o custo para aquisição do veículo seja inferior ao montante dos recursos financeiros transferidos pela SES/MG, a respectiva diferença no valor deverá ser restituída pelo beneficiário ao Fundo Estadual de Saúde.



Art. 4º - A execução dos recursos deverá ser precedida de processo licitatório, ou de adesão a Atas de Registro de Preços de órgãos públicos, conforme artigo 17 do Decreto 45.468/2010.

Art. 5º - A comprovação da aplicação e utilização dos recursos transferidos para a execução do objeto será realizada por meio dos procedimentos previstos no Decreto 45.468/2010, bem como pelo Relatório Anual de Gestão (RAG), previsto na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e no Decreto Federal nº 1.651, de 28 de setembro de 1995.

Art.6º - Sem prejuízo dos demais procedimentos de prestação de contas, acompanhamento, controle e avaliação previstos nesta Resolução, no Decreto Estadual nº 45.468/2010, a verificação da adequada aplicação dos recursos ao fim que se destina será realizada mediante a análise do cumprimento do objeto/indicador estabelecidos no Termo de Compromisso.

§1º - Os beneficiários terão o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar o Plano de Trabalho de Aplicação de Recursos, conforme Anexo III, a contar da data da assinatura do Termo de Compromisso

§2º - O Plano de Trabalho de Aplicação do Recursos deverá ser assinado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde beneficiário.

§3º - Quando da execução financeira do recurso exclusivamente com a aquisição do objeto indicado, considerar-se-á 100% de cumprimento do indicador, apurado conforme disposto no §4º deste artigo.

§4º - Fica o beneficiário obrigado a preencher e inserir no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde - SIGRES, em até 90 (noventa) dias após o final de cada exercício financeiro, o Relatório Descritivo de Resultados, nos moldes do Anexo IX desta Resolução.

Art. 7º - O beneficiário do incentivo financeiro de que trata esta Resolução estará sujeito:

I - à devolução imediata dos recursos financeiros repassados e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei; e

II - às normas jurídicas aplicáveis no caso dos recursos financeiros executados parcial ou totalmente em desacordo com o objeto originalmente pactuado.



Art. 8º - O beneficiário deverá inserir o nome e logomarca oficial do Governo de Minas Gerais no veículo adquirido, de acordo com o padrão do Manual de Identidade visual, disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Governo – SEGOV – [www.governo.mg.gov.br](http://www.governo.mg.gov.br).

Art. 9º - Fica assegurado à Auditoria Assistencial, à Auditoria Setorial e aos órgãos de controle externo da Administração Pública o pleno acesso aos documentos originados em decorrência da aplicação dos recursos desta Resolução, bem como a fiscalização *in loco* para averiguar a destinação dos bens adquiridos.

Art. 10 - Os recursos financeiros de que trata essa Resolução totalizam o montante de R\$ 86.535.602,00 (oitenta e seis milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, seiscentos e dois reais), com valores individualizados por beneficiário, nos termos do Anexo I dessa Resolução.

Parágrafo único. Os recursos previstos no caput deste artigo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 4291.10.302.158.4452.0001.444142.10.8
- 4291.10.301.158.4456.0001.444142.10.8
- 4291.10.302.157.4459.0001.444142.10.8
- 4291.10.301.159.4460.0001.444142.10.8
- 4291.10.302.157.4461.0001.444142.10.8
- 4291.10.302.158.4463.0001.444142.10.8

Art. 11 Os prazos de que tratam esta Resolução serão contados em dias corridos.

Art. 12 Os procedimentos de acompanhamento, controle e avaliação observarão o disposto no Decreto Estadual 45.468/2010.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2020.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

**Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva**  
Secretário de Estado de Saúde



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Ministério da Saúde

Secretaria de Estado de Saúde



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

44327	DOM JOAQUIM	12058768000103	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOM JOAQUIM	12058768000103	FES Veículo Passieiro (5 lugares)	R\$ 55.000,00	4460
40003	DOM JOAQUIM	12058768000103	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOM JOAQUIM	12058768000103	FES Ambulância Tipo Furgoneta	R\$ 90.000,00	4452
41729	DOM JOAQUIM	12058768000103	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOM JOAQUIM	12058768000103	FES Veículo Van (mínimo 15 lugares)	R\$ 215.000,00	4452
37975	DOM VICOSO	11926583000100	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOM VICOSO	11926583000100	FES Veículo Passieiro (5 lugares)	R\$ 55.000,00	4460
44372	DONA EUZEBIA	11460563000189	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EUZEBIA	11460563000189	FES Veículo Van (mínimo 15 lugares)	R\$ 215.000,00	4452
48807	DORES DE CAMPOS	13443816000131	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DORES DE CAMPOS	13443816000131	FES Veículo Minivan (mínimo 7 lugares)	R\$ 82.000,00	4452
46899	DORES DE CAMPOS	13443816000131	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DORES DE CAMPOS	13443816000131	FES Ambulância Tipo A Simples Remoção Furgoneta	R\$ 90.000,00	4452
38524	DORES DO INDALA	19082097000157	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DORES DO INDALA	19082097000157	FES Ambulância Tipo A Simples Remoção Furgoneta	R\$ 90.000,00	4452
44260	DORES DO TURVO	11918063000148	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DORES DO TURVO	11918063000148	FES Veículo Minivan (mínimo 7 lugares)	R\$ 82.000,00	4460
47939	DORESOPOLIS	13589190000176	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DORESOPOLIS	13589190000176	FES Veículo Minivan (mínimo 7 lugares)	R\$ 82.000,00	4460
47940	DURANDE	12921146000159	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DURANDE	12921146000159	FES Veículo Passieiro (5 lugares)	R\$ 55.000,00	4460
43393	ELOI MENDES	18286057000164	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELOI MENDES	18286057000164	FES Veículo Passieiro (5 lugares)	R\$ 55.000,00	4460
42198	ELOI MENDES	18286057000164	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELOI MENDES	18286057000164	FES Veículo Minivan (mínimo 7 lugares)	R\$ 82.000,00	4460
40260	ELOI MENDES	18286057000164	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELOI MENDES	18286057000164	FES Ambulância Tipo A Simples Remoção Furgoneta	R\$ 90.000,00	4452
46573	ELOI MENDES	18286057000164	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELOI MENDES	18286057000164	FES Ambulância Tipo A Simples Remoção Furgoneta	R\$ 90.000,00	4452
43391	ENGENHEIRO NAVARRO	11401575000132	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ENGENHEIRO NAVARRO	11401575000132	FES Veículo Passieiro (5 lugares)	R\$ 55.000,00	4460
48683	ENGENHEIRO NAVARRO	11401575000132	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ENGENHEIRO NAVARRO	11401575000132	FES Veículo Minivan (mínimo 7 lugares)	R\$ 82.000,00	4460
47607	ENTRE RIOS DE MINAS	11940403000137	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ENTRE RIOS DE MINAS	11940403000137	FES Veículo Minivan (mínimo 7 lugares)	R\$ 82.000,00	4460
47941	ERVALLIA	11610289000187	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVALLIA	11610289000187	FES Veículo Passieiro (5 lugares)	R\$ 55.000,00	4460
44950	ERVALLIA	11610289000187	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVALLIA	11610289000187	FES Ambulância Tipo A Simples Remoção	R\$ 185.000,00	4452

